

Tradições discursivas  
faces e interfaces da historicidade  
da língua e do texto



**LaborHistórico**

Volume 4 - Número 1 - jan./jun. 2018

# Sumário

<b>Apresentação</b>	10
---------------------	----

*Cleber Alves de Ataíde*  
*Valéria Severina Gomes*

## Dossiê Temático

<b>La relación entre tradiciones discursivas y la dinámica de variedades de lengua</b>	13
--	----

*Alfonso Gallegos Shibya*

<b>A adjetivação como marca de tradição discursiva do editorial de <i>O Mossoroense</i></b>	31
---	----

*Ângela Cláudia Rezende do Nascimento Rebouças*

<b>Tradições discursivas: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros</b>	41
--	----

*Jorge Luis Queiroz Carvalho*  
*Aurea Zavam*

<b>Varição e Tradição: uma análise do <i>Tu</i> e <i>Você</i> na posição de sujeito em cartas de pernambucanos (1860-1989)</b>	55
--	----

*Elizabhatt Christina Cavalcante da Costa*  
*Valéria Severina Gomes*  
*Cláudia Roberta Tavares Silva*

<b>Por uma filologia do discurso: latinidade, ethos, tradições discursivas e um exercício analítico transdisciplinar</b>	72
--	----

*Lucineudo Machado Irineu*

<b>Polifonia e modalização na tradição discursiva “aviso de cobrança” nos jornais do século XIX</b>	85
---	----

*Roseane Batista Feitosa Nicolau*

## Varia

**A expressão da posse na terceira pessoa em cartas escritas por homens brasileiros:  
uma análise diacrônica e histórica** 100

---

*Elaine Alves Santos Melo*

*Janaína Pedreira Fernandes Sousa*

*Luan Alves Alonso Martins*

**As estruturas clivadas do galego** 116

---

*Xavier Frias Conde*

## Resenhas

**RACHI, S. *Por mãos alheias: usos da escrita na sociedade colonial.*  
Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2016. 399 p.** 126

---

*Marcus Vinícius Pereira das Dores*

Recebido em 11 de janeiro de 2018. | Aprovado em 03 de março de 2018.

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v4i1.17489>

Jorge Luis Queiroz Carvalho<sup>1</sup>

Aurea Zavam<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho discute a gênese da noção de Tradição Discursiva (TD) como paradigma teórico e reflete sobre a polissemia do termo quando tomado como objeto de análise, visto que os estudos atuais em TD mostram que esse objeto pode ser encarado tanto como: a) formas particulares de dizer, b) gêneros, c) características constitutivas dos gêneros. Apresenta, ainda, uma proposta teórico-metodológica para análise diacrônica de gêneros a partir do modelo de Zavam (2009) e resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa – Tradições Discursivas do Ceará que tomaram esse modelo como norte para a análise histórico-diacrônica de diferentes gêneros.

**Palavras-chave:** Linguística histórica; Tradições discursivas; Análise de gêneros.

**Abstract:** In this work, we discuss the genesis of the notion of Discursive Tradition (DT) as a theoretical paradigm. In addition, we reflect upon the polysemy of the term when we take it as an object of analysis since the current studies about DT have shown that this object may be seen as: a) particular forms of speech; b) genres; c) constitutive features of genres. We also present a theoretical and methodological proposal for the diachronic analysis of genres based on Zavam's (2009) model and the results of researchers developed within the ambit of the Research Group – Tradições Discursivas do Ceará which used this model as a guide to historical-diachronic analysis of genres.

**Keywords:** Historical linguistics; Discursive traditions; Genre analysis.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Letras/Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor Assistente I da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Central - Mossoró. Membro do Grupo de Pesquisa Tradições Discursivas do Ceará (Tradice/UFC) e do Grupo de Pesquisa em Linguística e Literatura (GPELL/UERN). Desenvolve estudos na área de Linguística de Texto, interessando-se pelos seguintes temas: ensino de inglês para fins específicos, tradições discursivas, gêneros textuais, escrita acadêmica, discurso citado e responsabilidade enunciativa. [jorge\\_carvalho15@hotmail.com](mailto:jorge_carvalho15@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela UFC. Professora da Universidade Federal do Ceará. Graduada em Letras (Licenciatura Português-Espanhol) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1979), especialista em Leitura e Escrita (1994), Mestre (1998), Doutora (2009) em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pós-doutora em Estudos Linguísticos (2016) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Unidade de Prática de Ensino do Departamento de Letras Vernáculas, do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) e do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) da UFC, onde coordena o grupo de pesquisa Tradice e participa do grupo de pesquisa Protexito. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, em interface com Linguística Histórica e Linguística de Texto, atuando principalmente nos seguintes temas: tradições discursivas; análise de gêneros; leitura, escrita, análise linguística e ensino; formação de professores. [aurea.ufc@gmail.com](mailto:aurea.ufc@gmail.com).

## Introdução

O paradigma das Tradições Discursivas (TD) remonta a uma série de proposições que vêm sendo elaboradas desde os anos 1980 no âmbito da Filologia Pragmática Alemã e têm dado uma nova orientação aos estudos da linguagem de natureza histórico-diacrônica. A partir dessa linha teórica, temos observado um movimento nos estudos em Linguística Histórica que, conforme Hans-Jürgen Diller (2001), têm ampliado cada vez mais seu escopo de estudo da frase para dimensões textuais e discursivas da linguagem, passando a considerar, inclusive, objetos mais complexos, como os gêneros.

Ao tomarmos o paradigma teórico das Tradições Discursivas como ponto de partida para a análise diacrônica da língua e/ou dos gêneros, é preciso, antes de mais nada, entender que os conceitos de tradições discursivas são, por deveras, variados. Nos trabalhos que temos acompanhado, o termo TD pode remeter a, pelo menos, quatro aspectos inter-relacionados: a formas particulares de dizer; ao gênero como objeto de investigação; às características linguístico-discursivas constitutivas dos gêneros; e, também, ao arcabouço epistemológico que fundamenta estudos diacrônicos nos textos.

Essas variadas acepções podem causar confusão aos não-familiarizados com essa perspectiva. Os críticos tendem a considerar que o quadro teórico aqui discutido não oferece conceitos claramente definidos, o que poderia prejudicar investigações histórico-diacrônicas. Defendemos, no entanto, que o paradigma das TD se trata de um campo teórico recente e que, embora ainda apresente conceitos e métodos em formação, essa terminologia não interfere na sua aplicabilidade em análises empíricas.

Outra característica que tem sido criticada nos estudos em TD diz respeito ao fato de esse paradigma não dispor de um aparato de categorias teórico-metodológicas. Por outro lado, lembramos dos trabalhos de Oesterreicher (1996; 2006) que discutiram noções como: organização sintática, tipos de progressão semântica, recontextualização, autonomização e sua importância nos estudos sobre a diacronia dos textos. Recordamos, também, as contribuições de Raible (2001) para as pesquisas em TD a partir de seus estudos sobre os juntores (elementos referenciais que possibilitam sistematizar e ordenar partes textuais). Por outro lado, embora entendamos que essas categorias possam ser úteis para diversos objetivos de análise textual, elas não dão conta da complexidade que envolve os gêneros quando os tomamos como objetos de investigação. Dizemos isso porque levamos em consideração que, para além de uma dimensão linguístico-discursiva, também há uma dimensão social nesses artefatos.

Kabatek (2008, p. 09, tradução livre), nesse sentido, defende que “é uma das tarefas da investigação atual relacionar os estudos das TD às diferentes heranças das distintas escolas”<sup>3</sup>. Sabemos, além do mais, que os estudos mais recentes sobre gêneros não ignoram a dimensão extralinguística e social desse objeto. Levando isso em conta, Zavam (2009) contribuiu com a elaboração de uma proposta teórico-metodológica para análise diacrônica atentando para os subsídios textuais, mas também considerando aspectos contextuais e sociais que engendram os gêneros. Essa proposta tem influenciado sobremaneira as pesquisas dessa natureza, sobretudo as desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa – Tradições Discursivas do Ceará (Tradice), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

Nossa pretensão neste artigo é então: i) discutir as noções de Tradições Discursivas como objeto de estudo e ii) refletir sobre possibilidades de análise de gêneros tomando como ponto de partida o modelo proposto em Zavam (2009) discutido e aplicado em trabalhos posteriores.

Para tanto, organizamos o artigo em duas seções principais. Na primeira, retomamos as contribuições de Eugenio Coseriu e, em seguida, revisitamos o conceito de tradições discursivas a partir de reflexões de linguistas alemães para assim chegarmos a proposta de que as características constitutivas dos gêneros sejam tomadas como TD. Na segunda, apresentamos um modelo teórico-metodológico para análise diacrônica de gêneros e elencamos as contribuições que esse modelo vem dando ao estudo do percurso sócio-histórico de alguns gêneros já investigados. Por último, sintetizamos as ideias discutidas e sinalizamos novas possibilidades de estudo.

---

<sup>3</sup> “es una de las tareas de la investigación actual relacionar los estudios de las TD con las diferentes herencias de las distintas escuelas” (KABATEK, 2008, p. 09)

## 1. Tradições discursivas: historiando e especificando conceitos

Desde que Saussure (2006) delimitou o aspecto sincrônico da língua como foco de investigação da Linguística, a diacronia foi relegada a segundo plano e passou por um longo período de ostracismo nos estudos da linguagem. No Curso de Linguística Geral (CLG), o autor diz que “a língua constitui de um sistema de valores puros que nada determina fora do estado *momentâneo* de seus termos” (SAUSSURE, 2006, p. 95, grifos nossos). Essa citação sintetiza uma das máximas do estruturalismo segundo a qual a língua deve ser estudada em um momento específico e os signos linguísticos devem ser considerados como parte de um sistema, cujos valores se estabelecem a partir de suas relações de oposição.

Além de Saussure, Coseriu (1979) apresentou importantes reflexões sobre a historicidade das línguas. Em sua discussão teórica, o autor concebe a linguagem como um objeto tão multifacetado que, segundo ele, vinha gerando equívocos até mesmo entre pesquisadores experientes. Com o intuito de elucidar os problemas decorrentes das visões consideradas equivocadas, Coseriu (1980) postula que a linguagem se concretiza por meio de uma atividade humana universal e facilmente reconhecível, a saber: o *falar*. Para o autor, o *falar*, como atividade humana, se manifesta sempre por meio de uma língua, considerada por ele como uma técnica determinada historicamente.

A língua, nesse viés, é vista como *tradição idiomática* de uma comunidade e é reconhecida socialmente por meio de adjetivos pátrios, tais quais: inglesa, portuguesa ou espanhola, por exemplo. Num posicionamento semelhante ao de Saussure (2006), diz o linguista romeno que a essência da língua não é motivada por coerções do mundo natural, nem pelo que podemos fazer com ela (informar, promover, criticar), mas pelo seu funcionamento interno.

O autor distingue a *linguagem*, como atividade humana universal, das *línguas*, que são consideradas técnicas históricas particulares pelas quais a linguagem se atualiza. Com essa diferenciação, Coseriu (1980) mostra que muitos pesquisadores vinham se preocupando em definir categorias que supostamente seriam próprias de determinadas línguas. Criticando esses estudos, o linguista sugere que o ideal não seria buscar a definição de classes gramaticais específicas de uma língua ou de outra, mas observar como elas se manifestam, já que “mesmo uma categoria comprovada numa única língua é, como tal, universal e só definível universalmente” (COSERIU, 1980, p. 20).

Diante desse caráter universal, entende-se que as diferentes línguas – ou tradições idiomáticas – mantêm traços de afinidade umas com as outras e, inclusive, com sincronias passadas. Por essa razão, as línguas não devem ser entendidas como estáticas ou absolutas em si mesmas. Sem negar o caráter abstrato das línguas, Coseriu (1980) frisa que elas não são produtos acabados, mas sim, *produções*. É com base nessa concepção que o autor propõe uma visão diferenciada para o polêmico paradoxo entre sincronia e diacronia.

Coseriu (1980) retoma as proposições de Humboldt para dizer que a linguagem não é um produto acabado (*ergon*), mas uma atividade em constante realização (*enérgeia*). As expressões gregas marcam adesão ao pensamento aristotélico que define *energéia* como uma atividade criadora infinita. Entende-se que “uma língua não é uma ‘coisa feita’, um produto estático, mas um conjunto de ‘modos de fazer’, um sistema de produção, que, a todo instante, somente em parte surge como já realizado historicamente”. Portanto, “a técnica linguística é essencialmente um sistema para a criação de fatos novos, e não para a simples repetição do que já se fez” (COSERIU, 1980, p. 23).

Destaca-se, então, que a visão tradicional de sincronia e de diacronia distingue o *funcionamento* do *fazimento* da língua. O fazimento, isto é, a atualização das línguas, ao ser compreendido como *enérgeia* – atividade contínua –, passa a ser visto como intrinsecamente relacionado ao funcionamento dos fatos linguísticos. Coseriu (1979, p. 229) diz que “a língua funciona sincronicamente e é constituída diacronicamente”. Desse modo, entende-se que a linguagem pode ser concebida tanto como *atividade/processo*, como *produto*. Para esse autor, podemos compreendê-la a partir de três níveis específicos: i) o nível universal, que diz respeito à técnica, ou seja, ao saber falar; ii) o nível histórico, que concerne à língua concreta que se manifesta na fala a partir de uma determinação histórica, isto é, o saber tradicional de uma comunidade; e iii) o nível individual, que diz respeito ao discurso, ou seja, ao texto encarado como um ato linguístico expresso.

O primeiro nível concerne aos universais linguísticos, isto é, aos já mencionados fenômenos que são comuns a todas as línguas. Já o nível histórico mostra que só podemos nos comunicar através de línguas

particulares, historicamente situadas e socialmente compartilhadas. Dessa maneira, só interagimos se conhecermos, pelo menos, uma dada língua, ou seja, uma *tradição idiomática*. Esse segundo nível é que tem recebido a maior atenção por parte dos linguistas justamente por ser “o que apresenta maior uniformidade e, destarte, pode mais facilmente tornar-se objeto de ciência” (COSERIU, 1980, p. 94).

Para explicar o nível individual, Coseriu (1980) mostra que, além do idioma, só podemos nos expressar através de textos e, para que eles sejam produzidos, precisamos ativar os saberes expressivos que moldam nossa interação verbal de acordo com determinadas situações comunicativas, haja vista que “o falante real está sempre diante de uma multiplicidade de tradições e pode dispor delas para diferentes propósitos expressivos” (p. 230). O autor elabora o quadro abaixo, que sintetiza os três níveis de linguagem apresentados e as atividades, saberes e produtos que são inerentes a cada um desses níveis:

pontos de vista níveis	ἐνέργεια atividade	δύναμις saber	ἔργον produto
nível universal	falar em geral	saber elocucional	totalidade do “falado”
nível histórico	língua concreta	saber idiomático	(língua abstrata)
nível individual	discurso	saber expressivo	“texto”

Quadro 1. Níveis da linguagem. Fonte: Coseriu (1980, p. 93).

Ao apresentar esse quadro, Coseriu (1980) reitera que os estudos linguísticos têm destinado maior atenção ao nível histórico, o que fez com que a Linguística de seu tempo tivesse se caracterizado como uma *linguística da língua*. Pontua ele que as pesquisas não devem “ignorar a importância dos outros dois planos: junto à *linguística das línguas* há lugar para uma *lingüística do falar* e uma *lingüística do discurso* (ou do texto)” (COSERIU, 1980, p. 94). O que o autor chama de linguística das línguas diz respeito a análise do nível histórico, isto é, ao estudo do próprio sistema. A linguística do falar, por sua vez, deveria levar em conta a maneira pela qual as línguas se manifestam em situações concretas considerando tanto as tradições idiomáticas, quanto “a permanente referência a fatos não lingüísticos: contextos objetivos, situações, conhecimento geral do ‘mundo’” (COSERIU, 1980, p. 95). Além dessas duas possibilidades, o autor sugere que é “necessário especificar quais são as possibilidades e os limites de uso de acontecimentos culturais extralingüísticos no falar correspondente a uma língua e num momento, também determinado, da sua história”, sendo que esses problemas “deveriam ser objeto da ‘lingüística do discurso’ ou ‘do texto’” (COSERIU, 1980, p. 96).

O autor propõe que as linguísticas da *fala* e do *texto* também são indispensáveis para a compreensão da linguagem. Embora hoje em dia haja uma grande variedade de quadros teóricos que discorrem sobre os universais linguísticos – que competem à linguística da fala – e sobre noções como texto e discurso – da ordem da linguística do texto –, na época do autor tais estudos se encontravam em seu estado embrionário e somente depois de alguns anos começaram a ganhar espaço. O conceito de tradições discursivas, aliás, pode ser visto um produtivo avanço na lacuna apontada pelo próprio Coseriu. Esse termo traz à tona a ideia de que os textos, da mesma forma que as línguas, também possuem um caráter tradicional, atendem a determinados propósitos e são indissociáveis da vida social. Coseriu (1980) considera que estruturas formulaicas e tipos de discurso específicos também se constituem como tradições.

Sendo assim, não apenas as línguas estão relacionadas ao nível histórico, mas também tradições idiomáticas e textuais. Koch (1997), a partir das concepções coserianas, delineou um posicionamento teórico que investiga fenômenos da linguagem partindo dos três níveis discutidos anteriormente, mas fazendo uma bifurcação no aspecto histórico, que, em sua concepção, deve levar em conta, além da história da língua, a história dos textos. Essa bifurcação ocasionou a reformulação no quadro de Coseriu (1980) de modo que esse nível passou a dar conta de dois domínios, como podemos observar abaixo:

NÍVEL	DOMÍNIO	TIPOS DE REGRAS
universal	atividade do falar	regras elocucionais
histórico	língua histórica particular	regras idiomáticas
	tradição discursiva	regras discursivas
real / individual	discurso	

Quadro 2. Níveis e domínios da linguagem. Fonte: Koch (2008, p. 54).

Observamos que o quadro dos níveis da linguagem, reabilitado por Koch (2008), contempla elementos já propostos por Coseriu (1980), mas inova ao sugerir que o nível histórico se relaciona a dois domínios: o das línguas e o das tradições discursivas. Nessa perspectiva, além das línguas situadas historicamente (português, inglês, espanhol, etc.), as tradições do discurso passam a ser consideradas como fenômenos históricos e regidos por algumas regras. As regras – que Coseriu chamou de *saberes* – são específicas para cada nível e aplicáveis a quase todos eles, com exceção do real/individual, pois, para Koch (2008), nesse nível, o falante apenas aplica as regras referentes aos outros.

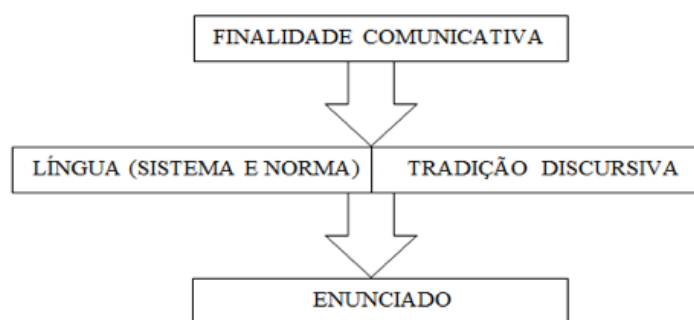
No momento da interação verbal, um falante faz uso de *regras elocucionais* referentes aos universais da linguagem: mobiliza articulações sonoras (ou gestuais, no caso da linguagem para surdos), refere-se às coisas do mundo, ajusta seu discurso a determinados tipos de situação, expressa finalidades comunicativas, etc. Para tanto, os dizeres somente se manifestam por meio de *regras idiomáticas* específicas de determinada língua e, conseqüentemente, por meio de *regras discursivas*, ou seja, usando gêneros e expressões socialmente compartilhadas entre os falantes.

A partir dessas considerações, refletiremos sobre as diferentes acepções do conceito de Tradições Discursivas levando em conta que seu sentido está relacionado ao de: expressões idiomáticas, gêneros, características dos gêneros.

### 1.1 Formas particulares de dizer como tradições discursivas

Um exemplo de uma forma particular de dizer é dado por Kabatek (2005) ao citar o enunciado *Bom dia*, que se configura como uma tradição discursiva que não é estabelecida somente a partir do uso de regras idiomáticas, mas também de regras discursivas. Para elucidar, pensemos no fato de que outras expressões, como por exemplo, *desejo-lhe um dia bom*, *emito uma saudação para você*, ou mesmo, *dia bom* são enunciados possíveis do ponto de vista da língua, mas não fazem parte das tradições discursivas do português falado no Brasil. Uma tradição discursiva, nesse sentido, pode significar fórmulas linguísticas recorrentes.

A respeito dessa noção, Kabatek (2005) considera que a atividade do falar, concernente ao nível histórico, demanda a uma finalidade comunicativa que perpassa dois filtros até chegar ao ato comunicativo concreto, ou seja, ao nível individual da língua atualizado pelo discurso. O autor sintetiza esse percurso através do seguinte esquema:



Quadro 3. Tradições discursivas. Fonte: Kabatek (2005, p. 161, tradução livre).

Retomando o exemplo anteriormente citado, destacamos que, com a finalidade comunicativa de saudar uma pessoa pela manhã, o falante recorre a dois filtros: o da língua e o das tradições discursivas para expressar o



enunciado *Bom dia*, em vez de qualquer outro que não detenha caráter tradicional. A partir dessa lógica, expressões idiomáticas, provérbios e ditados são considerados tradições discursivas.

Kabatek (2005) mostra, porém, que outras práticas de linguagem mais complexas também são tradicionais, como, por exemplo, os gêneros. Nesse caso, um gênero também pressupõe uma finalidade comunicativa específica e, para se atualizar, ultrapassa os filtros das regras linguísticas e das regras discursivas para se expressar através de enunciados concretos, isto é, de discursos produzidos e situados em um contexto social e histórico. Nesse viés, a finalidade comunicativa determinada, de um lado, pelas escolhas por determinadas unidades linguísticas subjacentes a uma língua, e por outro lado aos gêneros que mediam essas escolhas e fórmulas linguístico-discursivas tradicionais.

## 1.2 Gêneros como tradições discursivas

A noção de tradição discursiva, quando se remete a expressões idiomáticas, não parece harmonizável com as concepções mais recentes sobre gêneros que, em vez de observar suas formas linguístico-discursivas, estão mais interessados em investigar as ações sociais e os propósitos que eles realizam. Por outro lado, quando esse termo é utilizado em equivalência à noção de gêneros, observamos que a distinção entre os conceitos se dá apenas no ponto de vista heurístico, mas não ontológico. Em trabalhos que tomam a noção de tradição discursiva como consoante à de gênero, percebemos que a escolha se dá em virtude da filiação epistemológica do pesquisador, como nos exemplos a seguir:

Tomando o gênero em seu percurso histórico de produção e circulação, passamos a concebê-lo como tradição discursiva, pois esse conceito possibilita a apreensão do objeto de estudo em sua historicidade (ZAVAM, 2009, p. 226)

Em correlação ao termo gênero textual utilizado por Marcuschi (2002); ao termo gênero discursivo adotado por Bakhtin (1992a) e Maingueneau (2001), optamos pelo uso predominante do termo tradição discursiva (KABATEK, 2003), consolidado na última década de 90, por estudiosos da filologia pragmática alemã. (GOMES, 2007, p. 11)

Essas citações enfatizam que, ao considerar o gênero como tradição discursiva, o objeto será analisado a partir de um ponto de vista histórico-diacrônico. A adoção do termo tradição discursiva, assim, tem sido utilizada para demarcar lugares teóricos. Kabatek (2012), no entanto, pondera que, ao empregarmos o termo tradição discursiva como sinônimo de gênero, corremos o risco de utilizar “uma etiqueta aparentemente nova para a denominação de algo já conhecido”. Por essa razão, não seria o caso de usarmos os dois termos de forma intercambiável, ainda mais se levarmos em conta a longa tradição que o conceito de “gênero” detém desde a Retórica Clássica até as perspectivas atuais.

A noção de tradição discursiva, assim, pode se assemelhar a noção de gênero, porém, não se encerra nela. Para Kabatek (2007; 2012), a distinção deve-se ao fato de o novo conceito ter um escopo mais abrangente do que o segundo. Dessa maneira, TD diz respeito a todo o tipo de convenção textual e social, isto é, de tradições estabelecidas por meio das regras discursivas historicamente motivadas. Desse modo, as expressões idiomáticas, os gêneros e as suas características podem ser consideradas tradições discursivas. Por essa razão, entende-se que todo gênero é uma tradição discursiva, embora nem toda tradição discursiva seja gênero. Nesse sentido, assevera o autor que, em um mesmo gênero, podemos observar diferentes tradições em sua composição textual.

## 1.3 Características constitutivas dos gêneros como tradições discursivas

Kabatek (2005, p. 32, tradução livre) nos diz que a noção de TD “não se trata de um sinônimo de ‘tipo textual’, ‘gênero’, etc., mas de um conceito mais amplo que inclui todo tipo de tradições do falar identificáveis, também subgêneros ou tradições dentro de um mesmo gênero”<sup>4</sup>. Nesse caso, podemos falar que o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional (BAKHTIN, 2011), os propósitos comunicativos, a organização retórica (SWALES, 1990), aspectos da organização sequencial-composicional (ADAM, 2011) e as mais variadas características dos gêneros que têm sido levantadas por diferentes autores dedicados ao estudo desse objeto

<sup>4</sup> “no se trata de um sinônimo de ‘tipo textual’, ‘gênero’, etc. sino de um concepto más amplio que incluye todo tipo de tradiciones del hablar identificables, también subgêneros o tradiciones dentro del mismo gênero.” (KABATEK, 2005, p. 32)

também podem ser encaradas e tomadas como categorias para a análise das tradições discursivas recorrentes e constitutivas dos gêneros que são determinadas historicamente.

Longhin (2014, p. 12) apresenta, ainda, características tais quais o “destinatário presumido, o possível vínculo institucional, a relação de proximidade com outros textos, o léxico comum ou especializado e os arranjos sintáticos nas diferentes partes do texto” como fatores que permitem que um texto seja encarado como uma tradição.

Algumas estruturas formulaicas presentes nos gêneros detêm o mesmo *status*. Podemos dizer que a carta, o conto de fadas e a petição são gêneros e, no enquadre teórico aqui discutido, também são considerados tradições discursivas. Por sua vez, as expressões características desses gêneros, tais quais: “venho por meio desta”, “era uma vez... foram felizes para sempre” e “nestes termos pede deferimento” seriam, do mesmo modo, tradições discursivas. Essas tradições (ou formas particulares de dizer) fariam parte de tradições de natureza superior (os gêneros anteriormente mencionados).

A noção de TD, assim, remete também às características convencionais, ou tradicionais, dos gêneros, conforme revelam alguns estudos recentes que adotam a nomenclatura com essa acepção. Kabatek (2012), por exemplo, ao falar do uso de citações em gêneros literários, afirma que “a citação mesma já é uma tradição, assim como o é a tradição da ação de citar”. Rodrigues, M. (2016, p. 26), por sua vez, observou que, “com o passar do tempo, a multimodalidade passou a ter status de tradição discursiva dentro do anúncio”. Já a pesquisa de Rodrigues, T. (2016, p. 144) apontou que formas verbais “ouçam” e “observem” podem ser tomadas como “tradição discursiva de encerramento” em peças acusatórias, enquanto a de Carvalho (2016, p. 114) considerou que a manifestação de posicionamentos em resenhas acadêmicas “revela indícios de uma tradição discursiva que passou a se estabilizar entre os anos de 1970 e 2000”.

Ainda que nesses trabalhos citados um aspecto em particular tenha sido tomado como TD, é importante ressaltar que vários aspectos concomitantes em um texto podem também sinalizar a identificação de uma TD. O que queremos salientar é que os elementos que configuram uma TD podem se apresentar associados a outros elementos, como frequentemente acontece, e é justamente essa associação de diversos elementos que vai caracterizar uma TD. Um exemplo é dado por Costa (2016) ao constatar a confluência de distintas TD, no caso “fusão das imagens de Cristo como profeta, sacerdote e rei, advindas da tradição discursiva do cristianismo, com a de homem providencial, advinda do maquiavelismo” (p. 71), na carta-testamento de Getúlio Vargas.

Não deixamos de admitir, por outro lado, que a polissemia do termo pode causar confusão terminológica, mas, ao nosso ver, não resulta em imprecisão teórico-metodológica. As TD que não têm vínculo direto com um determinado gênero, como as expressões idiomáticas, provérbios ou ditados, seriam *formas particulares de dizer* e, para Kabatek (2012), fazem parte do universo cotidiano. As tradições discursivas que nos possibilitam realizar interagir sociodiscursivamente são aquelas que concebemos como *gêneros textuais/discursivos*. Nos trabalhos mencionados no parágrafo anterior, observamos a ocorrência do termo tradição discursiva para designar *características constitutivas de um dado gênero*.

Discutiremos a seguir sobre uma proposta para a análise diacrônica dos gêneros a partir do modelo teórico-metodológico proposto por Zavam (2009).

## 2. Análise diacrônica dos gêneros a partir do conceito de tradição discursiva

A partir das noções aqui discutidas e devido à ausência de um modelo teórico-analítico que pudesse orientar análises do percurso histórico dos textos, Zavam (2009) elaborou uma proposta teórico-metodológica para análise diacrônica de gêneros, tomados como tradições discursivas, considerando aspectos contextuais e textuais. O modelo analítico parte da noção de *reelaboração*<sup>5</sup>, termo emprestado de Bakhtin (2011), como uma arquivocategoria teórica subjacente a toda análise de gênero que se dedique a investigar suas transformações.

<sup>5</sup> A primeira versão desse modelo (ZAVAM, 2009) buscou suporte nas proposições discutidas na obra “Estética da Criação Verbal” traduzida por Maria Ermantina G.G Pereira (2000) com base no texto em francês e, por isso, utilizou o termo “transmutação”, em vez de “reelaboração”. Na tradução elaborada por Paulo Bezerra (2011), a partir do original em russo, a noção de “transmutação” foi traduzida como “reelaboração”. Optamos por substituir o termo e adotar, definitivamente, a noção de “reelaboração” por acreditarmos que as mudanças e permanências pelas quais passam os gêneros são processuais e não transmutáveis.

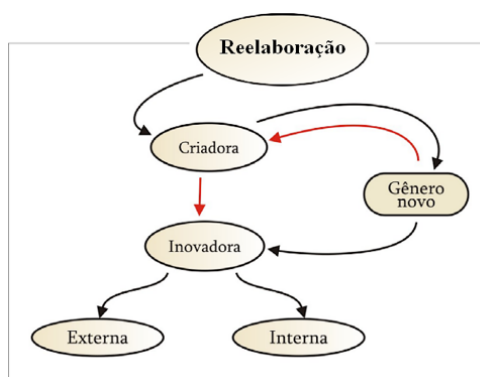
Zavam (2009) oferece uma tipologia operacional para os diferentes tipos de reelaboração. Em uma primeira instância, considera a autora que esse processo pode ser de dois tipos: i) criador e ii) inovador. A *reelaboração criadora* se refere aos gêneros que surgem a partir de outros como, por exemplo, o *blog*, visto que ele deriva de gêneros como o panfleto, a coluna de opinião e o diário (MILLER, 2012). Nesse tipo de reelaboração, o gênero é criado a partir de características que incorpora de outros já consolidados. Já a *reelaboração inovadora* diz respeito ao processo de transformação pelo qual os gêneros passam sem que se transformem em novos objetos, como revela a análise de Carvalho (2016) sobre resenhas acadêmicas veiculadas entre 1953-2015. O trabalho constatou que, durante o período, esse gênero apresenta traços de inovação em relação ao seu passado, mas que não são determinantes para constituir um gênero novo. A pesquisa de Costa (2007) sobre notícias, no mesmo sentido, observa que as novas tradições discursivas de ambiente digital acabaram por provocar transformações na notícia de jornal impresso.

Em uma segunda instância, Zavam (2009) propõe a distinção entre reelaboração iii) externa e iv) interna. A *reelaboração externa* (ou intergenérica) acontece quando há inserção de um gênero em outro. Bakhtin (1988, p. 57) já havia sinalizado para essa compreensão ao discutir sobre o romance, afirmando que gêneros como o diário, a biografia, a confissão ou a carta “às vezes chegam a determinar a estrutura do conjunto, criando variantes particulares do gênero romanesco” como o romance epistolar. Nesse caso, a realidade do gênero incorporado é trazida para a realidade do que o incorpora. A intergenericidade não é típica em todos os gêneros, mas principalmente daqueles vinculados aos campos menos rígidos, ou seja, aos campos nos quais “os gêneros não são fortemente padronizados e em que a criatividade é consentida” (ZAVAM, 2009, p. 60). Exemplos nesse sentido seriam os romances que incorporam cartas e páginas de diários.

Já a *reelaboração interna* ocorre quando as transformações que se manifestam no gênero não estão presas à incorporação de outros, mas, sim, às contingências de seu percurso histórico. Nesse caso, podemos considerar esse tipo de reelaboração como a ocasionadora de mudanças na estrutura do gênero, de modo a atender a novas exigências comunicativas. Pode ilustrar esse tipo de reelaboração o estudo de Bazerman (1988) sobre artigos científicos dos séculos XVII e XIX. Revela a análise que os textos da referida época destinavam mais espaço às seções de introdução e discussão e faziam uso, predominantemente, de sequências textuais descritivas em contraste com o que se normatizou hoje, quando se identifica maior atenção às seções de metodologia e de resultados e uma presença mais marcada de sequências textuais argumentativas. Mudanças como essas podem revelar que as necessidades de comunicação do campo acadêmico têm se transformado, criando novos padrões e formas de realizá-los.

A reelaboração *criadora*, portanto, acontece quando um gênero surge a partir de novos atributos. Neste caso, ela diz respeito à origem, isto é, a criação de gêneros novos a partir dos já existentes. A reelaboração será *inovadora* quando esse objeto é transformado com ou sem a incorporação em um terceiro e sem que suas transformações constituam um novo gênero, mas apresentem inovações em suas formas de realização. Desse modo, ela pode ser uma reelaboração inovadora *externa* quando receber características e se atualizar a partir de gêneros diferentes, e pode ser inovadora e *interna*, quando as alterações são determinadas, principalmente, pelas demandas dos entornos sociais e históricos que os engendram.

O quadro 4 esquematiza os tipos de reelaboração aqui discutidos. Tal conceituação reflete os pressupostos bakhtinianos de que todo gênero recorda o seu passado – fator evidenciado a partir das marcas de reelaboração inovadora – e pode vir a contribuir para o surgimento de novos gêneros – reelaboração criadora. Vejamos a seguir:



Quadro 4. Categorias da reelaboração. Fonte: Adaptado de Zavam (2009, p. 64).

Essa arquivagem se configura em um nível hierárquico superior aos das demais categorias de análise propostas que discriminaremos a seguir. Essas categorias são tanto de natureza textual, quanto contextual. Nos últimos trabalhos (CARVALHO, 2016), temos utilizado a terminologia co(n)texto advinda do quadro de análise textual-discursiva de Adam (2011) para especificar o tipo de análise que empreendemos para investigar as mudanças e permanências que se evidenciam no percurso histórico-diacrônico de um gênero<sup>6</sup>. Esse termo implica que os estudos do texto e do discurso devem se fundamentar em uma análise co(n)textual e levar em consideração a noção de gênero como ponto de encontro entre as dimensões textuais e sociodiscursivas.

Os trabalhos nessa perspectiva têm adotado métodos de natureza histórica e comparativa, pois partem do princípio de que seus objetos de estudo podem ser mais bem compreendidos a partir do conhecimento de suas origens. Além disso, são feitas comparações e contrastes visando identificar e explicar semelhanças e diferenças nos gêneros divididos por grupos geracionais. Esse tipo de análise possibilita a compreensão de que os gêneros e suas características não são aleatórias, mas motivados historicamente.

Nas pesquisas que temos desenvolvido e acompanhado no âmbito do Grupo de Pesquisa – Tradições Discursivas do Ceará (Tradice), temos trabalhado com as seguintes categorias analíticas: ambiência, interlocutores, finalidade comunicativa, conteúdo, norma e forma. As categorias elencadas na proposição desse modelo são tomadas de empréstimo de diferentes perspectivas e, por isso, nem sempre pertencem a mesma abordagem. Com isso, podemos considerar que esse modelo para análise diacrônica e co(n)textual de gêneros trata-se de uma proposta teórico-metodológica de conjunto que, embora esteja assentada nos pressupostos das Tradições Discursivas e vise contribuir para o preenchimento de lacunas nesse paradigma teórico, recorre a quadros teóricos diversos. O fundamento que defendemos é o de que, após a observação dos processos de reelaboração em um dado gênero, a análise deve proceder com uma investigação das categorias mencionadas. No quadro a seguir, apresentamos um esquema organizacional que sintetiza e introduz a abordagem aqui discutida. Vejamos:



Quadro 5. Proposta teórico-metodológica para análise diacrônica e co(n)textual de gêneros.  
Fonte: Adaptado de Zavam (2009).

Entre os diferentes gêneros que já foram analisados tomando por base esse modelo, destacamos o editorial (ZAVAM, 2009); a carta-crônica (SILVA, 2012); anúncios publicitários (RODRIGUES, M. 2011; 2016; SENA, 2014); processos criminais (RODRIGUES, T. 2016) e resenhas acadêmicas (CARVALHO, 2016). Todos esses estudos têm nos ajudado a construir visões cada vez mais aprofundadas sobre tradições discursivas e sobre a relevância do exame dessas categorias. Discutiremos, na sequência, a funcionalidade de cada uma delas e alguns dos achados que os estudos reportados têm revelado sobre essas seis camadas da dimensão co(n)textual dos gêneros.

A primeira categoria, *ambiência*, objetiva dar conta da reconstituição dos acontecimentos históricos que engendram a produção e a circulação dos gêneros e pode nos auxiliar a compreender a influência das contingências sócio-históricas na produção discursiva. Parte-se do princípio, portanto, de que não é possível reconstituir a história de um gênero se não levarmos em conta o contexto em que eles foram produzidos e circularam, a fim de cumprirem objetivos sociais. Silva (2012), ao analisar a ambiência das cartas-crônicas publicadas entre 1914 e 1938 no estado do Rio Grande do Norte, observou que esse gênero possibilita reconstruir passagens da história social potiguar, visto que elas remetiam ao contexto de luta dos sertanejos para a construção de açudes, acesso a meios de transporte, saúde pública e alimentação que culminou no movimento do

<sup>6</sup> Na primeira versão desse modelo (ZAVAM, 2009), as categorias do texto e do contexto já eram dadas como indissociáveis, porém, colocadas em paralelo, definindo categorias para a análise do texto e categorias para a análise do contexto. Atualmente (CARVALHO, 2016) temos utilizado a nomenclatura co(n)texto considerando perspectiva supracitada.

cangaço. Em um período geracional posterior (1967-1980), a mesma pesquisa mostrou que a carta-crônica estava atrelada a um contexto marcado por mudanças, onde potiguares se dividiam entre a manutenção das tradições sertanejas e a adesão das novidades do mundo moderno. Considerando que a carta-crônica tem como um de seus propósitos registrar costumes e tradições de povos, entendemos o quanto o estudo da ambiência é fundamental para compreender a natureza e a função social desse gênero.

Em nosso estudo sobre as resenhas acadêmicas publicadas entre 1953 e 2015 (CARVALHO, 2016), observamos como a ambiência tem exercido grande influência na organização retórica e na quantidade de textos que tem sido publicada em periódicos científicos. A partir da década de 1990, com o crescimento das políticas de financiamento de pesquisas, tornou-se necessário que o pesquisador comprovasse sua produtividade intelectual a partir da quantidade de artigos científicos publicados, fator que coincide com a diminuição no número de resenhas em periódicos especializados.

No que diz respeito a categoria *interlocutores*, recorreremos às concepções de Maingueneau (2013, p. 73), que assevera que “nos diferentes gêneros do discurso, já é determinada de quem parte e a quem se dirige a fala”. Desse modo, nos interessa verificar os papéis, ou seja, “a posição que o sujeito assume no discurso” (ZAVAM, p. 97), tendo em vista que “falar de *papel* é insistir no fato de que cada gênero de discurso implica parceiros sob a ótica de uma condição determinada e não de todas as suas determinações possíveis” (MAINGUENEAU, 2013, p. 70). Um olhar para a natureza discursiva do gênero se torna essencial para a investigação dessa categoria que possibilita observar relações de poder que são constituídas historicamente através da interação pelos gêneros.

No estudo do editorial (ZAVAM, 2009), por exemplo, observou-se que, ao longo do século XIX, as vozes dos dirigentes políticos e chefes oligárquicos, representadas por redatores que pertenciam às cúpulas partidárias, promoviam um diálogo entre membros da elite e de agremiações partidárias a fim de atacar seus opositores. Os interesses de grupos dominantes também foram observados ao longo século XX. O cerceamento da liberdade de expressão em decorrência do golpe militar de 1964 fez surgir uma imprensa submissa, na qual o editorial atuava como forma de promover diálogos entre os governos militares, as elites que ocupavam cargos políticos e os grupos jornalísticos que compactuavam com a ordem vigente. Mesmo após o fim do regime, nas últimas décadas do século XX, vemos os editoriais sendo utilizados para atender os interesses dos segmentos empresariais que os representam, lançando mão, muitas vezes, de ataques a grupos políticos – mesmo com uma linguagem menos ferina do que no século passado.

Referente à terceira categoria, mantemos o termo *finalidade comunicativa* para permanecermos afinados à nomenclatura já utilizada no paradigma das TD, embora recorramos às concepções dos estudos de gêneros no ensino de línguas para fins específicos – que adotam a nomenclatura propósito comunicativo. Os estudos dessa vertente ressaltam que os propósitos podem ser variados e se configuram como “conjunto muito complexo” (ASKEHAVE; SWALES, 2009, p. 227) no qual alguns propósitos são facilmente legíveis, enquanto outros demandam um trabalho investigativo mais acurado para sua identificação. Ilustra essa observação o trabalho de Sena (2014) sobre anúncios femininos ao longo do século XX e início do século XXI. O estudo observou que, em suas primeiras ocorrências, os anúncios tinham um teor mais informativo, fazendo uso de textos longos e com uma finalidade comunicativa comercial camuflada. O uso dos textos longos nos anúncios e sua tipologia descritiva cedeu espaço para recursos argumentativos de apelo à sedução, incitação e persuasão apenas no final do século XX, quando os propósitos promocionais deixaram a opacidade e se tornaram mais evidentes.

Consideramos essa categoria de suma importância para o estabelecimento de qualquer gênero, pois acreditamos, tal qual Kabatek (2005), que uma tradição discursiva só se constitui como tal se estiver ajustada a uma determinada finalidade. Por outro lado, concordamos com Askehave e Swales (2009) de que não devemos tomar o propósito comunicativo como elemento primordial e determinante na classificação dos gêneros, pois diversos são os fatores que circundam esse objeto complexo. As demais categorias aqui apontadas, no entanto, exercem um grande diálogo com a noção de finalidade comunicativa, como podemos observar, também, na análise do conteúdo temático.

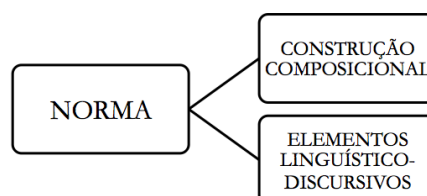
Assim, no que toca ao *conteúdo*, buscamos respaldo, sobretudo, na noção de tópico discursivo. De acordo com Cavalcante (2013, p. 80), esse conceito diz respeito ao tema central de um evento comunicativo que “não é necessariamente identificável na superfície do texto, pois depende de aspectos discursivos, e não somente estruturais, organizacionais.” Jubran (2006) revela que o tópico é detentor de duas propriedades principais: a centralização e a organicidade. O primeiro deles diz respeito ao assunto, isto é, a focalização de um referente sobre o qual se discute, enquanto o segundo diz respeito ao desdobramento do tópico central em subtópicos. Ademais,

acreditamos que o conteúdo de um gênero engloba não apenas o que está materializado na tessitura textual, mas também algumas das finalidades comunicativas dos enunciadores que, embora nem sempre estejam expressas verbalmente, podem ser interpretadas pelo analista, conforme argumentamos anteriormente. A análise do conteúdo – e das demais categorias – não dispensa o diálogo com as outras camadas de análise aqui propostas.

Tomemos como ilustração o trabalho de Rodrigues, T. (2016) sobre denúncias em processos criminais. Tal estudo mostrou que, no início do século XX, os crimes e delitos que compunham o cotidiano de Fortaleza estavam diretamente relacionados aos processos de reforma e urbanização vivida pela cidade desde meados do século XIX. O esforço empreendido na tentativa de “afrancesar” a cidade e estimular a adoção de comportamentos europeus, acompanhada de ações que objetivavam tornar a cidade limpa, moderna e sem epidemias também marcou, intensamente, as atividades de criminalização e repressão das camadas populares da cidade. Na tentativa de remodelar o espaço público e inserir novos hábitos na população, observou-se que muitos processos versavam sobre a punição de práticas como jogo do bicho, uso de bebidas alcólicas, atentado ao pudor, prostituição e agressão em lugares públicos, violência sexual, prática sexual com consentimento antes do matrimônio e, até mesmo, falsas promessas de casamento.

A categoria *norma*, por sua vez, remonta aos postulados de Coseriu (1980, p. 122), para quem “a norma contém tudo o que é fato de realização tradicional”. Precisamos destacar que consideramos que não apenas as características identificáveis no plano da norma podem ser vistos como tradicionais, mas todas as categorias que fazem parte da constituição de um gênero, seja ele qual for. É preciso deixar claro que a noção de norma não se confunde com a de normatividade em um ponto de vista regulador ou normativo, mas como categoria visa identificar aspectos regulares. Nesse sentido, tratamos por norma os elementos de natureza textual-discursiva ou composicional que se configuram como regulares e convencionais de um determinado gênero.

Desse modo, propomos uma bifurcação no modelo de Zavam (2009) e sugerimos que a norma deve dar conta tanto de *elementos linguístico-discursivos*, como da *construção composicional*, tendo em vista que consideramos que “todo gênero do discurso está associado a uma certa organização textual” (MAINGUENEAU, 2013, p. 75). Tal posicionamento também se embasa nos pressupostos bakhtinianos de que a composição é um critério indispensável para a configuração gênero, sendo esse elemento o que dá “a ordem, a disposição e o acabamento” (BAKHTIN, 2011, p. 182). Em estudo anterior (CARVALHO, 2016), propusemos a seguinte divisão da referida categoria:



Quadro 6. Bifurcação na categoria da norma. Fonte: Adaptado de Carvalho (2016).

Estudos sobre elementos linguístico-discursivos dos gêneros têm sido bastante profícuos no campo das TD. Rodrigues, T. (2016), em sua investigação, adotou como foco de análise da norma as expressões linguísticas mais recorrentes do gênero denúncia. As expressões “pelo facto delictuoso que...”, “requer que...”, “e que se ouçam a respeito do facto as testemunhas” são consideradas estruturas formulaicas tradicionais do gênero analisado. Em Zavam (2009), a análise das marcas de autoria foi tomada como objeto para a análise dessa categoria e observou-se que a responsabilidade discursiva no século XIX era atribuída à instância que responde ao jornal, enquanto no século XX a responsabilidade passou a ser atribuída à instância que responde pela empresa. Entre outros achados, no século XIX, as iniciais do redator do editorial se faziam presente, traço que desapareceu nos editoriais do século posterior. Ainda nessa vertente, em Carvalho (2016), a análise de expressões linguísticas avaliativas foi investigada no gênero resenha.

Já no que concerne à análise da construção composicional, o já referido exame das resenhas acadêmicas (CARVALHO, 2016) mostrou que as resenhas publicadas em meados do século passado eram mais informativas do que as atuais. Após a década de 1990 e, sobretudo, após o ano 2000, as resenhas passaram a apresentar em sua composição uma maior recorrência de movimentos retóricos que focalizam a ação de resumir de uma determinada obra acadêmica e, principalmente, que priorizam a avaliação da produção acadêmica. Na

investigação desse gênero, a categoria da norma foi analisada através das duas facetas aqui mencionadas: os elementos linguístico-discursivos e construção composicional. No que toca a essa segunda possibilidade de análise, acreditamos que a observação da composição do gênero pode trazer importantes contribuições para os estudos em histórico-diacrônicos. Com essa bifurcação, pretendemos deixar aberta uma trilha para o estudo de quaisquer aspectos que estejam relacionados à organização textual.

Como afirmamos, o modelo aqui proposto trata-se de uma teoria de conjunto e, por isso, pode recorrer a diferentes perspectivas. Por essa razão, podem ser tomados como ponto de partida para a análise da composição de aspectos relacionados à macroestrutura do texto (VAN DIJK, 1980), às sequências e planos textuais (ADAM, 2011), à organização retórica (SWALES, 1990) e outras possibilidades teórico-analíticas que atendam aos objetivos do estudioso interessado na análise diacrônica e co(n)textual dos gêneros. Acreditamos que a observação de tais elementos possibilita-nos chegar a novas compreensões acerca das mudanças e permanências em tradições discursivas.

Por fim, no que toca à categoria da *forma*, partimos do pressuposto de que “o texto é inseparável de seu modo de existência material” (MAINGUENEAU, 2013, p. 75). Para investigação dessa categoria, levaremos em conta alguns dos critérios apresentados por Maingueneau (2013), como o meio de difusão do gênero e a sua disposição gráfica e espacial, pois consideramos que, embora esses não façam parte da organização linguística, revelam características importantes da estrutura genérica, isto é, da materialização e organização textual. Segundo Debray (1995, p. 101), “a escolha de um caractere, o formato, a paginação, o espaçamento entre as palavras, a qualidade do papel utilizado têm também efeitos de sentido” e, portanto, pondera o autor que “essas formas gráficas antecipam o estatuto social do que é apresentado para ser lido”.

Diversos são os autores com os quais podemos dialogar para a investigação de aspectos formais do gênero. Além de Maingueneau (2013) e Debray (1995), as discussões de Genette (1982) sobre o paratexto também podem ser úteis, assim como contribuições advindas dos estudos de Kress e van Leeuwen (2001) sobre a Gramática do *Design* Visual. A opção pela investigação da multimodalidade foi adotada por Rodrigues, M. (2016) e Sena (2014) em pesquisas sobre a diacronia do gênero anúncio. O primeiro trabalho revela uma predominância no uso de imagens, texto verbal curto em anúncios de carro no século XXI e conclui que os recursos multimodais são importantes para a produção de sentidos e podem auxiliar, inclusive, a captura dos propósitos comunicativos. Já o trabalho de Sena (2014) investigou categorias como valor informacional, saliência e *framing*. A investigação concluiu que os anúncios do século XX apresentavam conteúdo informacional principalmente a partir de recursos verbais, em contraste com os do século XXI que priorizam as imagens. Os elementos visuais dos anúncios recentes normalmente aparecem em primeiro plano, com uso de cores primárias, com ênfase na imagem do produto, da marca e de modelos que o utilizam. Esses recursos, segundo a autora, podem dar uma orientação argumentativa aos anúncios a fim de atrair a atenção de consumidores.

No editorial (ZAVAM, 2009), os fatores que chamam a atenção na forma de apresentação desse gênero dizem respeito ao fato de o título ser um elemento facultativo até meados do século XIX, quando se tornou indispensável. A localização do editorial também passou por mudanças, visto que no século XIX aparecia em páginas internas do jornal, critério que mudou posteriormente, quando começou a aparecer nas páginas iniciais. Esse movimento revela uma mudança na relevância e no *status* que esse gênero passou a ter no campo jornalístico, fator que revela a importância do estudo da categoria forma nas análises histórico-diacrônicas dos gêneros.

A partir dessa exposição, observamos que essas categorias dialogam com diversos quadros conceituais e nos possibilitam obter uma compreensão mais ampla sobre os gêneros, seja em diferentes sincronias, ou mesmo quando tomamos o seu percurso histórico-evolutivo. Acreditamos que o exame de variadas facetas nos conduz a olhares cada vez mais apurados acerca dos objetos de investigação tomados pelo paradigma das TD. Os estudos aqui reportados revelam a fecundidade dessa proposta teórico-metodológica tal como tem sido praticada no âmbito do Tradice e têm mostrado como as mudanças e permanências se evidenciam em cada uma das diferentes dimensões dos gêneros. Além disso, tem ampliado nossa compreensão acerca de gêneros de diferentes campos da comunicação, como o jornalístico, publicitário, judiciário e acadêmico.

## Conclusão

O conceito de Tradição Discursiva tem se revelado bastante produtivo na investigação tanto da identificação quanto da transformação de elementos que entram na composição de um texto, assim como nos estudos que tomam o texto em sua totalidade como uma tradição discursiva. Mesmo que essa produtividade seja reconhecida, uma certa confusão terminológica em relação ao conceito de TD tem sido observada. Esperamos, portanto, que a discussão apresentada tenha servido para tornar mais claro tanto o termo quanto sua aplicação na análise de fenômenos que constituem os gêneros, para a qual apresentamos uma proposta teórico metodológica.

O modelo de análise proposto pode nos ajudar a evidenciar uma série de transformações reveladas no âmbito de cada categoria de análise, mostrando que alguns dos aspectos característicos dos gêneros em gerações anteriores nem sempre correspondem aos que fazem parte de seu escopo atual. Por outro lado, pode nos ajudar a perceber que aspectos hoje concebidos como tradicionais são resultado de uma construção diacrônica e, por isso, não são aleatórias, mas historicamente motivados.

Nosso foco neste trabalho foi ainda o de mostrar, por meio dos resultados de diferentes pesquisas desenvolvidas no âmbito do Tradice, a produtividade da proposta teórico-metodológica apresentada e a efemeridade de algumas características dos gêneros. Nesse sentido, é necessário encará-los não como objetos prontos e acabados, mas, justamente por estarem em constante atualização na nossa sociedade, como transfiguráveis.

Desejamos, assim, que este trabalho tenha suscitado novas formas de pensar os gêneros e possa motivar futuras pesquisas. Nesse contínuo fazer acadêmico, acreditamos que os estudiosos interessados em investigar qualquer gênero encontrarão um terreno profícuo, com possibilidades ilimitadas de contribuir com questões envolvendo sua variação histórico-diacrônica levando em consideração diferentes categorias sob o enfoque das tradições discursivas.

## Referências

- ADAM, Jean-Michel. M. *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes da S. Neto. São Paulo: Cortes, 2011.
- ASKEHAVE, Inger; SWALES, John. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Org.). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: Edupe, 2009. p. 221-247.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.
- \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Autora F. Bernardini et al. São Paulo: Unesp-Hucitec, 1988.
- BAZERMAN, Charles. *Shaping written knowledge*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988
- CARVALHO, Jorge Luis Queiroz. *Tradições discursivas em resenhas acadêmicas: mudanças e permanências entre os séculos XX e XXI*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O homem e sua linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- COSTA, Alessandra Castilho da. A construção do sentido de redenção social na carta-testamento de Getúlio Vargas (1954): cristianismo, castilhismo, paganismo e outras tradições discursivas. *Conexão Letras*, v. 11, p. 57-74, 2016.
- \_\_\_\_\_. Tradições discursivas da mídia impressa: critérios de análise, VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal e II Simposio Internacional de Análise Crítica do Discurso, 2007. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/92\\_Alessandra\\_CC.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/92_Alessandra_CC.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- DEBRAY, Régis. *Manifestos midiológicos*. São Paulo: Vozes, 1995.
- DILLER, Hans-Jurgen. Genre in linguistic and related discourses. In: DILLER, Hans-Jurgen; GÖRLACH, Manfred. (Ed.). *Towards a History of English as a History of Genres*. Heidelberg: Universitätsverlag C. Winter, p. 3-43, 2001.



- GENETTE, Gérard. *Palimpsestes: La littérature au second degré*. Paris: Ed. Du Seuil, 1982.
- GOMES, Valéria Severina. *Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- JUBRAN, Clélia Abreu Spinardi. Tópico discursivo. In: \_\_\_\_; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, v.1. p. 89-132, 2006.
- KABATEK, Johannes. Introducción. In: KABATEK, Johannes. *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: VervuertIberoamericana, 2008, p. 07-16.
- \_\_\_\_\_. Sobre a historicidade dos textos. *Linha d'água*, n. 17, p. 159-170, abr. 2005.
- \_\_\_\_\_. Tradição discursiva e gênero. In LOBO, T. et al (Org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-42.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Tradições discursivas e mudança linguística*. Alemanha, set. 2007. Disponível em: <<http://www.romling.uni-tuebingen.de/discurso/itaparica.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Multimodal Discourse: The modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.
- KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris. (Hrgs.) *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tradução: Alessandra Castilho Ferreira da Costa. Tübingen: Narr, 1997, p. 43-79.
- \_\_\_\_\_. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, Johannes. *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2008. p. 53-88.
- LONGHIN, Sanderléia Roberta. *Tradições discursivas: conceito, história e aquisição*. São Paulo: Cortez, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos da comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.
- MILLER, Carolyn. *Gênero Textual, agência e tecnologia*. DIONÍSIO, Angela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss. (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- OESTERREICHER, Wolf. Mudança linguística e recursos de expressividade na língua falada. In: CIAPUSCIO, Guiomar et al. (Org.) *Sincronia y diacronia de tradiciones discursivas em latinoamerica*. Vervuert: Iberoamericana, 2006, p. 253-282.
- \_\_\_\_\_. Lo hablado em lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In: OESTERREICHER, Wulf; KOTSCHI, Thomas; ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). *El español hablado e la cultura oral en España e Hispanoamérica*. Vervuert: Iberoamericana, 1996, p. 317-340.
- RAIBLE, Wolfgang. Linking clauses. In: HASPELMATH, Martin et al. (Ed.). *Language typology and language universals: an international handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2001. p. 590-617.
- RODRIGUES, Maria Coeli Saraiva. *Multimodalidade e tradição discursiva: um estudo sobre gênero anúncio publicitário*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Tradução discursiva no anúncio publicitário de automóveis: permanências e mudanças do impresso ao digital*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.
- RODRIGUES, Ticiane. *Tradições discursivas em gêneros jurídicos: um estudo sobre o gênero denúncia em processos criminais dos séculos XX e XXI*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SENA, Karina Gomes. *Anúncios publicitários femininos dos séculos XX e XXI: um olhar à luz do paradigma das tradições discursivas*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- SILVA, Lucimar Bezerra Dantas da. *Carta-crônica: uma tradição discursiva no jornalismo potiguar*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2012.
- SWALES, John. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- VAN DIJK, Teun. *Texto y contexto. Semántica y Pragmática del discurso*. (Introducción de A. García Berrio), Ed. Cátedra, 1980.
- ZAVAM, Aurea Suely. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornais*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.